

CAMPONESES BEIRADEIROS E A PESCA ARTESANAL NO RESERVATÓRIO DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE, NO RIO XINGU (PA)

*RIVERINE PEASANTS AND ARTISANAL FISHING IN THE BELO MONTE HYDROELECTRIC RESERVOIR,
IN THE XINGU RIVER (PA)*

*CAMPESINOS RIBEREÑOS Y LA PESCA ARTESANAL EN EL EMBALSE DE LA HIDROELÉCTRICA BELO
MONTE, EN EL RÍO XINGU (PA)*

MARINHO, Jose Antonio Magalhães

SARAIVA, Marcia Pires

SILVA, Josefa de Oliveira Câmara da

RESUMO

Neste estudo, busca-se refletir sobre alguns desafios enfrentados por camponeses beiradeiros para praticarem a pesca na área atingida pela maior hidrelétrica eminentemente brasileira, a hidrelétrica Belo Monte, no médio rio Xingu, Pará. A partir de informações obtidas por meio de pesquisa qualitativa, evidenciam-se a importância histórica da pesca no processo de reprodução social do campesinato beiradeiro, bem como as dificuldades enfrentadas pelo grupo camponês para desenvolver a pesca em face de um rio moldado para atender o mercado de energia elétrica. Mesmo diante das adversidades, indica-se ao final do estudo, que a pesca continua sendo praticada pelos camponeses, que lutam pelo retorno ao rio e não obedecem, por vezes, as normas estabelecidas pela empresa concessionária de Belo Monte.

Palavras-chave: Campesinato. Pesca. Médio Xingu. Hidrelétrica. Amazônia.

ABSTRACT

In this study, it is aimed at reflecting on some of the challenges faced by riverine peasants to practice fishing in the area affected by the largest hydroelectric eminently Brazilian, the Belo Monte hydroelectric, on the middle Xingu River, Pará. From information obtained through qualitative research, the historical importance of fishing in the process of social reproduction of riverine peasants is made evident, as well as difficulties faced by the peasant group to develop fishing in the face of a river shaped to serve the electricity market. Even in the face of adversity, it is indicated, at the end of the study, that fishing continues to be practiced by peasants, who struggle to return to the river, and sometimes do not obey rules established by the Belo Monte concession company.

Keywords: Peasantry. Fishing. Middle Xingu. Hydroelectric. Amazon.

RESUMEN

En este estudio, se busca reflexionar sobre algunos de los desafíos enfrentados por campesinos ribereños para practicar la pesca en el área afectada por la mayor hidroeléctrica eminentemente brasileña, la hidroeléctrica Belo Monte, en el medio río Xingu, Pará. A partir de informaciones obtenidas a través de investigación cualitativa, se evidencia la importancia histórica de la pesca en el proceso de reproducción social del campesinado ribereño, así como las dificultades enfrentadas por el grupo campesino para desarrollar la pesca frente a un río moldeado para atender el mercado de energía eléctrica. Incluso ante las adversidades, al final del estudio, se indica que la pesca continúa siendo practicada por campesinos, que luchan por el retorno al río y no obedecen, en ocasiones, las normas establecidas por la empresa concesionaria de Belo Monte.

Palabras-clave: Campesinado. Pesca. Medio Xingu. Hidroeléctrica. Amazonia.

INTRODUÇÃO

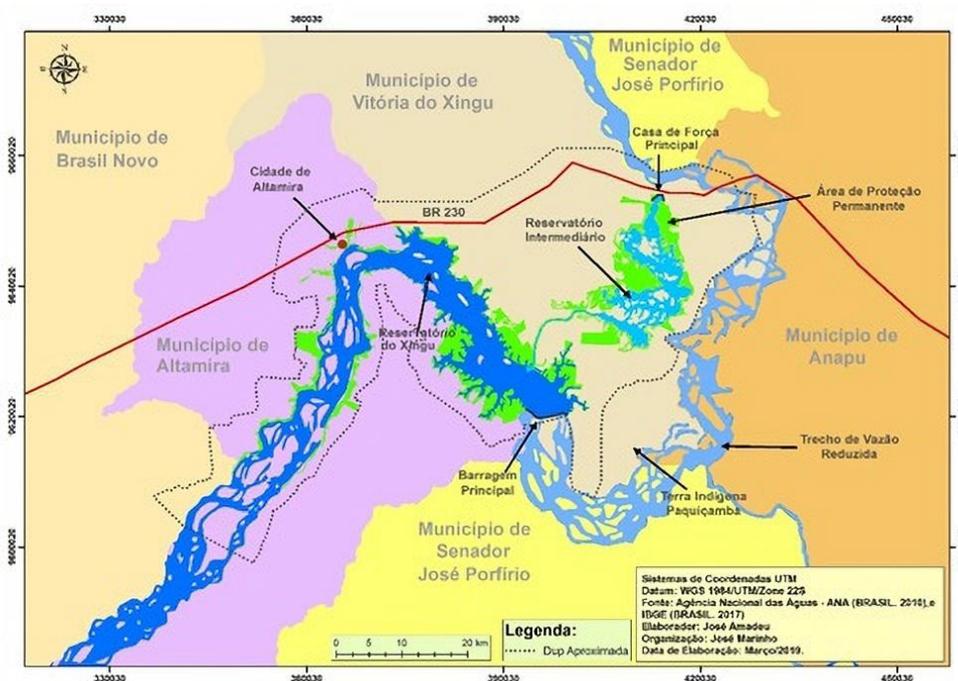
Na Amazônia brasileira, muitos grupos camponeses reproduzem sua territorialização ao longo da rica bacia hidrográfica regional. Tais grupos sociais referidos na literatura como “ribeirinhos” ou “beiradeiros”¹, não apenas habitam às margens de rios, lagos e igarapés, mas aí constroem seu modo de vida particular, tendo a pesca artesanal, muitas vezes, como elemento central, combinada com a agricultura, a criação de pequenos animais e outras formas de extrativismo, como a caça e a coleta de produtos florestais (MAGALHÃES, 2017; MARINHO, J. 2019; CRUZ, 2007).

Mas a partir da segunda metade do século XX, o Estado brasileiro, de mãos dadas com o capital nacional e internacional (OLIVEIRA, 1988), passou a intervir mais ativamente na Amazônia, através de políticas territoriais para viabilizar progressivamente, o controle capitalista não apenas do solo e do subsolo, como também dos rios. Começa, assim, a instalação de grandes hidroelétricas para fornecer energia inicialmente para a indústria mineral eletrointensiva atraída para a região (PINTO, 2011) e depois para outras partes do Brasil.

Seguindo essa lógica, definiu-se o cercamento capitalista de muitos rios amazônicos. Em consequência, indígenas e camponeses ribeirinhos/beiradeiros, além de expulsos de suas terras/territórios, também perderam rios que se apropriavam por gerações (MAGALHÃES, 2009; MARINHO, V., 2019). Em determinados casos, mesmo quando esses povos/grupos sociais continuaram a ter acesso aos rios cercados pelas hidrelétricas, suas formas de cognição já não eram mais suficientes para decodificar os novos circuitos geobiofísicos, instaurados para funcionar, em última análise, conforme a dinâmica do mercado capitalista de energia elétrica (MARINHO, J., 2019).

Neste estudo, tal temática é retomada desde os desafios enfrentados por camponeses beiradeiros para desenvolver a pesca artesanal na área atingida pela maior hidrelétrica eminentemente brasileira, a hidrelétrica Belo Monte, no médio rio Xingu, Estado Pará. Na figura 01, observa-se que essa hidrelétrica formou dois reservatórios no Xingu: um, chamado de reservatório intermediário, situado na margem esquerda do rio, e outro, denominado de reservatório do Xingu, que avança da barragem principal de Belo Monte até localidades a montante da cidade de Altamira, como a localidade Costa Junior.

Figura 1: Mapa de localização da hidrelétrica Belo Monte no médio Xingu - Pará



fonte: Marinho, J., 2019, p. 21 (com adaptação)

1. Neste trabalho, os termos “ribeirinho” e “beiradeiro” são usados como sinônimos, não obstante o último pareça ser mais usado entre os camponeses estudados.

Centra-se aqui, nos desafios da pesca encontrados pelos camponeses beiradeiros no reservatório do Xingu, a partir de duas questões: a) Qual a importância histórica e social da pesca artesanal para os camponeses? e; b) Quais os desafios que esse grupo social encontra para continuar a pescar em face da territorialidade do megaprojeto capitalista Belo Monte?

Em termos teóricos, pauta-se na compreensão de que os camponeses constituem classe formada no processo de desenvolvimento do capitalismo. Entende-se que esse modo de produção ao se desenvolver, contraditoriamente, também (re)cria e/ou subordina relações de produção não capitalistas, como as relações camponesas de produção, fundadas no trabalho e na sociabilidade familiar. Dessa forma, os camponeses constituem uma classe de dentro, não de fora do capitalismo (MARTINS, 1993; OLIVEIRA, 2005). É a partir dessa vertente que se busca entender a formação e reprodução do campesinato beiradeiro no médio rio Xingu.

A pesquisa apoia-se em material bibliográfico e documental, além de informações primárias. A formação do campesinato beiradeiro no médio Xingu, é tematizada a partir de autores como DE Francesco et al. (2017), De Francesco (2020), Oliveira (2001, 2007) e Martins (2009, 2010). A pesca artesanal é entendida com base nas contribuições de Cardoso (2019) e De Paula (2019). E na abordagem da pesca artesanal em área de hidrelétrica, recorre-se a diferentes trabalhos produzidos sobre o tema (ISA, 2015; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MARINHO, V., 2019; MARINHO, J., 2019).

As informações primárias foram obtidas em audiências públicas, ocorridas em Altamira (PA) entre os anos de 2016 e 2018, e através de entrevistas semiestruturadas com camponeses entre 2018 e os primeiros meses de 2021. As informações primárias aparecem no texto, sobretudo por meio de excertos de falas, cujos autores são referidos pela classe ou pela função laboral que desempenhavam, visando à preservação de suas identidades.

FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO CAMPESINATO BEIRADEIRO NO MÉDIO XINGU

A formação do campesinato beiradeiro no médio rio Xingu, encontra-se vinculada a processos migratórios para a região amazônica em diferentes momentos. Um traço característico, aliás, no processo de formação do campesinato brasileiro, visto que é nesse processo migratório que os camponeses vislumbram a oportunidade de novamente entrar na terra e continuar reproduzindo sua campesinidade (OLIVEIRA, 2001).

No médio Xingu, a formação do campesinato beiradeiro relaciona-se à imigração de nordestinos para o trabalho nos seringais, na extração da borracha. A valorização capitalista desse produto, decorrente de seu uso na indústria automobilística, a partir da segunda metade do século XIX, estimulou a exploração econômica dos seringais amazônicos. Nesse contexto, os nordestinos chegaram ao Xingu (WEINSTEN, 1993; SOUZA; NETO, 2008)

No decorrer da segunda guerra mundial, outra leva de nordestinos novamente direciona-se ao Xingu. Nessa época, o Brasil assinou com os EUA os Acordos de *Washington*, no qual se comprometia a fornecer látex para os países aliados, privados de obter a matéria-prima das áreas produtoras na Ásia. Com isso, o governo brasileiro estimulou a vinda de trabalhadores para os seringais amazônicos, sobretudo nordestinos, os chamados "soldados da borracha" (CORRÊA, 1967).

Na Amazônia, grande parte dos nordestinos tornava-se seringueiro (extrator) e se relacionava com os seringalistas (controladores dos seringais) através do sistema de aviamento. No Xingu, como em outras partes da Amazônia (WEINSTEN, 1993), através do aviamento o seringueiro era mantido em regime de exploração permanente, submetido a trocas desiguais entre o produto de seu trabalho, a borracha, e as mercadorias que recebia antecipadamente dos barracões (comércio), controlados pelos seringalistas. Com isso, raras famílias de seringueiros conseguiam alguma prosperidade no Xingu, como assinala De Francesco (2020).

O avanço da atividade econômica da borracha no Xingu, porém, não se deu de forma pacífica. Pelo contrário, os povos indígenas empreenderam forte resistência à invasão de seus territórios. De modo que o controle dos seringais e a ocupação não indígena dos beiradões envolveram disputas territoriais violentas e complexas. De Francesco (2020) aponta que tal processo de ocupação dos beiradões foi conflituoso, erigido em grande medida sob um clima de medo e terror.

Referida autora chama a atenção, por exemplo, para a prática do rapto de mulheres indígenas pelos não índios, e como essa prática poderia ter contribuído para que os imigrantes camponeses de fora da região pudessem permanecer nos beiradões.

A brutalidade da incorporação de mulheres indígenas nas famílias que se formavam no beiradão certamente favoreceu, ao longo do tempo, a consolidação de um conjunto de conhecimentos e técnicas, originados da combinação dos conhecimentos indígenas com os conhecimentos camponeses trazidos do sertão. Esse conhecimento permitiu a permanência destas famílias na floresta, mesmo quando a borracha deixou de ser de interesse do mercado (DE FRANCESCO, 2020, p. 54).

Ainda sobre as relações entre indígenas e sociedade envolvente na época da borracha, Saraiva (2008) ao estudar os Juruna do médio Xingu faz referência ao trabalho dos indígenas nos seringais. Para essa autora, além da borracha, os Juruna também trabalhavam na coleta de castanha, produto que se valorizou com o progressivo declínio dos seringais na segunda metade do século XX. Saraiva (2008) informa que não era raro nessa época, situações nas quais mulheres indígenas se tornavam *acunhãs* (concubinas) de seringueiros ou seringalistas e que após a crise da borracha, sobretudo casamentos entre mulheres indígenas e homens não-índios tornaram-se recorrentes.

A partir desses registros entende-se que a formação do campesinato beiradeiro envolveu relações sociais complexas, marcadas por desencontros violentos, mortes e medo, mas também por interações sociais menos hostis. Nesse espaço-tempo de fronteira (MARTINS, 2009) surgiam casamentos e trocas de conhecimentos muito relevantes, sobretudo para quem não era da região. O campesinato beiradeiro constitui-se, originalmente, dessa troca, dessa mistura entre o imigrante (sobretudo nordestino) e os povos indígenas do Xingu (MARINHO, J. 2019).

No início do século XXI, antes da instalação da hidrelétrica Belo Monte, camponeses beiradeiros ou simplesmente beiradeiros, encontravam-se distribuídos pelo Xingu. No curso médio do rio, tal grupo social distribuía-se tanto nos beiradões, como nas numerosas ilhas, reproduzindo-se ao lado de indígenas aldeados e não aldeados, ocupando áreas ainda não cercadas pelos fazendeiros, que começaram a chegar depois da abertura da Transamazônica (BR 230) nos anos 1970, e progressivamente foram controlando grandes extensões de terra em direção ao rio (DE FRANCESCO et al, 2017; MARINHO, J. 2019).

Na apropriação de beiradões e ilhas, camponeses beiradeiros e indígenas formaram diversas localidades. A reprodução social nessas localidades, ocorria “a partir de uma história e modo de vidas comuns e articulado por relações de parentesco, afinidade e vizinhança, bem como por relações comuns com uma localidade” (DE FRANCESCO et. al, 2017, p. 44), de onde estabeleciam frequentes relações com agentes de mercado e com a cidade de Altamira.

As relações com agentes de mercado eram permanentes. Quando a economia da borracha declinou, os beiradeiros continuaram a negociar seus produtos (castanha, peles de animais, peixes, carne de caça) com agentes do capitalismo comercial, tanto nos beiradões, como na cidade de Altamira. A interação com a cidade era tão dinâmica que muitos adquiriam casas no espaço urbano, onde também buscavam serviços de saúde e podiam colocar os filhos para estudar. Tinham a chamada dupla moradia, ou seja, além da morada no Xingu possuíam também uma casa na cidade, que servia de “ponto de apoio” quando se deslocavam para o espaço urbano (BRASIL, 2015).

Dessa forma, os camponeses beiradeiros nunca foram sujeitos socialmente isolados e de fora do capitalismo. Trata-se de grupo social contraditoriamente formado na dinâmica de avanço do capitalismo na Amazônia. Historicamente, em sua expansão, o capitalismo não foi homogeneizando relações de produção e extinguindo as classes não capitalistas. Pelo contrário, no campo brasileiro, vezes os agentes capitalistas, inclusive o Estado, foram subordinando e recriando sujeitos e relações de produção não capitalistas, como o aviamento, o trabalho escravo e o trabalho familiar camponês (MARTINS, 2010; OLIVEIRA, 2007).

O campesinato beiradeiro é produto desse movimento contraditório. Na origem, esses camponeses vieram para o Xingu trabalhar na extração da borracha, um produto extremamente valorizado pela indústria

automobilística capitalista. Mas nos seringais, diferentemente do assalariamento na indústria, a relação de trabalho era presidida pelo aviamento. Sistema que permitia a superexploração dos seringueiros e proporcionava, por conseguinte, exorbitantes ganhos aos demais agentes capitalistas envolvidos na economia da borracha.

Nessa perspectiva, a formação e reprodução do campesinato beiradeiro vinculam-se intrinsecamente à produção não capitalista de capital. Com o declínio da economia da borracha, os beiradeiros passaram a se envolver mais ativamente em outras atividades extrativas (coleta da castanha, caça, garimpo, pesca), agrícolas e de criação, voltadas ao autoconsumo e ao comércio. Logo, tais camponeses nunca foram “resíduos históricos” em vias de extinção. Mas grupo social formado no processo de desenvolvimento capitalista na Amazônia, cuja reprodução ancorou-se tanto na produção agroextrativista para autoconsumo e para o mercado, como no consumo de mercadorias industrializadas.

IMPORTÂNCIA DA PESCA ARTESANAL NO MODO DE VIDA BEIRADEIRO

Algumas características dos grupos camponeses são a habilidade “para se ajustar a novas condições” e a “grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida” (SHANIN, 2008, p. 25). Essas características foram importantes para que os imigrantes camponeses que vieram para os seringais amazônicos, com o passar do tempo, mediante processos conflituosos, mas também de aproximações e trocas com os povos indígenas, reelaborassem e construíssem conhecimentos imprescindíveis à reprodução no interior da floresta e nas margens dos rios.

Entre os camponeses beiradeiros, esse processo ensejou a constituição de um modo de vida agroextrativista marcado pela combinação de atividades diversificadas. Com isso, mesmo diante do declínio da borracha, tais camponeses continuaram a se reproduzir nos beiradões e ilhas do Xingu. Na base desse modo de vida encontrava-se a mescla, muitas vezes simultânea, da extração de recursos da fauna e da flora com práticas de cultivo agrícola e de criação de animais (DE FRANCESCO et. al., 2017).

Em pesquisa organizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), De Francesco et. al. (2017, p. 53-54) constataram que os beiradeiros atingidos pela formação do reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte em 2015, no médio Xingu, assentavam sua reprodução no uso da floresta, do rio e de terras agricultáveis nas ilhas e na terra firme. Entre os entrevistados na pesquisa, 68% criavam animais, 83% trabalhavam com cultivos em roças, 87% praticavam extrativismo vegetal e 100% desenvolviam a pesca.

Conforme De Francesco et. al. (2017, p. 54):

Durante as entrevistas, recorrentes falas se referiram à fartura que esse modelo de produção proporcionava no contexto familiar. Essa fartura também se associava às trocas recíprocas entre grupos domésticos vizinhos e aparentados: uma variedade de alimentos como pescados, carnes e ovos, tubérculos, grãos, frutas, legumes e hortaliças, assegurando a ingestão de vitaminas, sais minerais, fibras e proteínas importantes na dieta alimentar – compartilhados entre os membros de redes de parentesco e de vizinhança.

Essas informações indicam que a unidade camponesa agroextrativista no médio Xingu, sustentava-se por meio de uma combinação bem-sucedida entre agricultura, criação e extrativismo. Tais atividades concretizavam-se no âmbito de uma sociabilidade camponesa em que tinham lugar relações de reciprocidade e vizinhança, envolvendo os grupos domésticos e suas estruturas de parentesco. Outro ponto que chama atenção na pesquisa de De Francesco et. al. (2017), é a importância da pesca para os beiradeiros. De acordo com a pesquisa, todos os entrevistados que viviam na área tomada pelo reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte, praticavam a pesca e, entre eles, 88% tinham essa atividade como geradora de renda, 53% mencionaram cultivos agrícolas e criação como atividades geradoras de renda e 32% afirmaram que obtinham renda a partir do extrativismo vegetal (DE FRANCESCO et al, 2017, p. 54). Ou seja, além de ser a atividade com maior frequência entre os beiradeiros, a pesca tinha grande importância econômica para a reprodução desse grupo social.

Segundo o ISA (2015, p. 15)

Na região de Altamira e Vitória do Xingu, a pesca é uma atividade tradicional que envolve homens e mulheres. Os grupos de trabalho são constituídos em torno do grupo familiar, sendo a parceria de pesca mais comum entre marido e esposa. As crianças, desde cedo, são socializadas na pescaria, aprendendo a pescar com seus pais, tratando-se de um conhecimento adquirido no dia a dia, vivenciado no rio.

Ou seja, a pesca entre os beiradeiros constituía uma atividade familiar, envolvendo homens, mulheres e crianças. Nessa atividade, os grupos familiares possuíam “seus meios de produção”, empregavam “uma tecnologia simples” e pescavam “em áreas próximas aos locais de moradia” (ISA, 2015, p. 15).

Em outros termos, os beiradeiros praticavam a pesca artesanal, entendendo esta como “uma atividade extrativa, artesanal e territorial, para fins de subsistência e de comercialização”, constituída “a partir de saberes e de fazeres tradicionais”, envolvendo “conhecimento e o respeito aos ciclos e aos limites da natureza e o uso de apetrechos de baixo impacto ambiental” (DE PAULA, 2019, p. 44).

AMBIENTES, CONHECIMENTOS E TERRITORIALIDADES DE PESCA ANTES DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

A pesca artesanal praticada pelos beiradeiros antes da instalação da hidrelétrica Belo Monte, desenvolvia-se em ambientes diversos. Na apropriação dos ambientes de pesca, os beiradeiros lançavam mão de conhecimentos construídos na interação com os elementos da natureza, assim como de apetrechos variados e pequenas embarcações adaptadas à cada perímetro do rio.

Almeida (2018) afirma que o tipo de embarcação que predominava na pesca, no Xingu, era a canoa com motor de tipo rabeta (Figura 02). Tratava-se de embarcações com comprimento médio de 7,0 m, motor de popa com potência que variava de 5,5 a 7,5 HP e capacidade média para transportar 72 kg de gelo para as pescarias. Barcos motorizados, de maior porte foram identificados pela autora, mas em menor quantidade, sobretudo no baixo curso do rio, assim como pequenas embarcações não motorizadas, usadas principalmente nas imediações das pequenas vilas.

Figura 2: Canoa de tipo rabeta no médio rio Xingu



Fonte: Marinho, 2018.

Quanto aos ambientes de reprodução da ictiofauna, destacavam-se no médio Xingu, os igapós, lagos e piracemas. Os igapós eram áreas com floresta alagável no entorno do rio e das ilhas, que dependiam muito do ciclo hidrológico e serviam para a desova dos peixes. Os lagos, que constituíam corpos d'água com pouca profundidade, geralmente intermitentes, e ligados ao rio, eram importantes áreas para a reprodução de espécies como tucunaré, pescada e piranhas, além de serem considerados ambientes de criação de quelônios. No perímetro atingido pelo reservatório do Xingu, localizavam-se os lagos do Arapujá, da Taboca e do Pimental (ISA, 2015; CAMARGO, et. al., 2009).

As piracemas, entendidas no Xingu como regos de águas rasas que geralmente desembocam em lagos, também eram ambientes relevantes para a reprodução da ictiofauna (ISA, 2015), como explica um pescador:

Piracema é um rego que sempre depois dele tem um lago. Aí aquela água vai enchendo e o peixe vai acompanhando ela para a desova, eles desovam com aquela água rasiinha. Aí, quando começa a encher, a água vai entrando naquele rego, vai entrando, vai entrando, e chega naqueles lagozinhos pequenos. Aí o peixe vai acompanhando a água e entrando para dentro, muito peixe mesmo. Tem ilha, eu conheço a Ilha Grande aí para cima, que tem vinte e duas piracemas. (ISA, 2015, p. 21).

Já entre os ambientes de pesca destacavam-se, por exemplo, pedrais, lajeiros ou corredeiras; remansos; poços e sarobais. Nesses ambientes encontravam-se diversificadas famílias de peixes, cuja captura demandava apetrechos e arte de pesca adaptados. No quadro 1, apresentam-se alguns aspectos peculiares a esses ambientes, bem como os apetrechos frequentemente usados na pesca em cada um deles.

Quadro 1: Ambientes e apetrechos de pesca no médio rio Xingu

Ambientes de Pesca	Características Ambientais	Famílias de Peixes Encontradas	Apetrechos de Pesca
Pedrais, Lajeiros e Corredeiras	Área de substrato rochoso, com profundidade de até 30 metros e velocidade de correnteza de moderada à alta.	- Acaris (Loricariídeos) - Piau (Anostomídeos) - Jacundás (Ciclídeos) - Pacus (Characídeos) - Curimatás (Prochilodontídeos)	- Tarrafa - Malhadeira - Espinhel
Remansos	Áreas marginais ao rio, com pouca profundidade (< 5m) e velocidade de água nula ou mínima.	- Pescada (Sciaenídeos) - Pacus (Characídeos)	- Tarrafa - Tela - Espinhel
Igarapés	Pequenos canais conectados ao rio e pouco profundos.	- Piranhas (Characídeos) - Acaris (Loricariídeos) - Tucunarés (Cichlídeos)	- Tarrafa - Malhadeira - Caniço
Poços	Áreas no leito do rio ou entre os sarobais e pedrais, com grandes profundidades.	- Parara (Pimelodídeos) - Pescada (Sciaenídeos)	- Tela
Sarobais	Áreas com vegetação aluvial, cujos frutos são alimentos para os peixes.	- Pacus (Characídeos) - Acaris (Loricariídeos) - Matrinxã (Characídeos)	- Caniço - Tarrafa

Fonte: ISA (2015); Magalhães; Silva; Vidal (2016)

Organização: Autores (2021)

Na apropriação desses ambientes de pesca, os beiradeiros acionavam rico conhecimento construído na interação com os elementos da natureza, muitas vezes iniciada desde criança. No processo de interação no espaço-tempo, construíam-se conhecimentos não apenas acerca da localização dos peixes, da profundidade, substrato e topografia do fundo do rio, mas também dos hábitos, horários e apetrechos mais adequados para a captura de determinada espécie de peixe (ISA, 2015). Isso é o que se observa no relato de um pescador a Magalhães, Silva e Vidal (2016, p. 118).

[...] se você quer pegar um Curimatá, você vai (às) 6 horas prá beira dum "lajeiro" desse, na época a gente ia, você via elas ali se ajeitando prá dormir né, P? A gente vê o banzeiro que elas tão, aí você conhece, olha aquilo ali é Curimatá. [...] Quando você quer pegar um pacu não, você vai atrás duma comida que ele come. Você chega numa flor, numa capoerana, numa samaúma, joga uma fruta, naquela cuia, aí você vê eles "coisando" lá, aí lá você cerca, bota malhadeira, pega eles.

Esse conhecimento usado na pesca, conforme Cardoso (2019, p. 294), é uma "construção social, muitas vezes iniciada já no processo de socialização das crianças, filhas de pescadores e que pode ser caracterizada como uma cultura de ofício, uma cultura pesqueira". Trata-se de um "saber e saber fazer, construído através de observações contínuas do comportamento de elementos naturais e dos aspectos sociais relativos às pescarias" (Idem, p. 294).

Na construção desse conhecimento, por sua vez, os pescadores construíam também, simultaneamente, diferentes territorialidades. Como explica De Paula:

As territorialidades da pesca artesanal estão vinculadas às comunidades e integram áreas de pesca e de recursos que são utilizados nas pescarias. O poder se expressa no saber, que é compartilhado entre os comunitários, por meio de conhecimentos tradicionais, que abrangem as práticas de uso. A informação inerente a esse saber é funcional e regulatória, logo ocorre o manejo dos recursos ambientais disponíveis, por meio de acordo que são elaborados na pesca e no cotidiano. Essas territorialidades são fluidas, conectadas e mudam, de acordo com a dinâmica da natureza e como o movimento dos cardumes. As áreas terrestres, de trabalho e de moradias também compõem tais territorialidades, ocupando um papel de centralidade (DE PAULA, 2019, p. 46-47. Destaque do autor).

Nessa perspectiva, mares, lagos e rios não são extensões de um espaço abstrato e homogêneo, mas áreas que ao serem apropriadas (material e simbolicamente) pelos pescadores passam a conter territorialidades que podem abranger poços, pedrais ou igarapés, sendo também chamadas de "pesqueiros" ou "setor", por exemplo.

Segundo o ISA (2015), esses termos usados na literatura também aparecem entre os pescadores do Xingu, que podem se referir aos pontos de pesca de uma área como "setor". Tal como na fala das pescadoras: "Ninguém vai sair daqui para passar para lá para o setor dos outros, tem que estar no nosso aqui mesmo", "Eu conheço bem a área do [igarapé] Limão até as cachoeiras, porque do Limão para Vila Nova [o sentido contrário], a gente não vai, nós não entendemos muito os rios para lá. Aqui a gente já sabe onde são os pesqueiros" (ISA, 2015, p. 16).

Em outras palavras, "os indivíduos e grupos sociais ao se apropriarem desse espaço de trabalho, representado pelos rios, lagos, mares, constroem os seus territórios que são incorporados à tradição social, sendo nomeados, defendidos, mantendo nesse sentido relações de posse e pertencimento" (MARINHO, V. 2019, p. 498).

No entanto, continua a mesma autora,

quando ocorre a instalação de grandes projetos nesses territórios socialmente estabelecidos, identifica-se a desestruturação e, mesmo, a materialização de inúmeros impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes magnitudes, os quais atingem principalmente aquelas populações que estão diretamente na área de influência do empreendimento, como constantemente verificado no contexto amazônico a partir da instalação de usinas hidrelétricas... (MARINHO, V. 2019, p. 498).

No médio rio Xingu, a instalação da hidrelétrica Belo Monte representou mais um desses processos de desestruturação da pesca artesanal no interior amazônicos. A desestruturação causada pela instalação dessa hidrelétrica relaciona-se à introdução de uma nova lógica de uso/exploração do rio, cujas implicações multidimensionais incidem não apenas nos circuitos geobiofísicos, mas na reprodução e no modo de vida dos grupos sociais que se reproduziam ao longo do Xingu.

Que se vejam alguns dos desafios enfrentados pelos beiradeiros que precisam pescar em um rio, cuja dinâmica que conheciam tanto, vincula-se agora à lógica capitalista do mercado de energia elétrica.

DESAFIOS DA PESCA NO RESERVATÓRIO DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE NO XINGU

O reservatório da hidrelétrica Belo Monte no Xingu, formou-se em 2015 e incidiu drasticamente na atividade da pesca. Em primeiro lugar, implicou na remoção forçada de mais de 300 famílias beiradeiras de suas propriedades/posses nas ilhas e beiradões. Apesar de a empresa Norte Energia S/A (NESA), concessionária do empreendimento, comprometer-se no Plano Básico Ambiental (PBA, 2011) com a implementação de ações visando à recomposição do modo de vida dos atingidos, os beiradeiros foram indenizados com pequenas quantias em dinheiro ou removidos, em menor número, para reassentamentos distantes do rio, tanto na cidade de Altamira, como na zona rural (BRASIL, 2015; GRUPO INTERINSTITUCIONAL, 2017).

Somente depois de vigorosa articulação e luta política, envolvendo camponeses, indígenas, organizações sociais e Ministério Público, uma parte minoritária dos beiradeiros foi reassentada às margens do reservatório da hidrelétrica, em Área de Proteção Permanente (APP). Mas a maioria das famílias espalhada pela cidade de Altamira e ao longo de vicinais (Travessões) distantes do rio, continua lutando por territórios ribeirinhos às proximidades de onde foram expulsas pelo empreendimento hidrelétrico (GRUPO INTERINSTITUCIONAL, 2017).

Por outro lado, as condições ambientais em que a pesca se desenvolvia foram profundamente transformadas. No perímetro atingido pela formação do reservatório do Xingu,

submergiram os ambientes de reprodução e de alimentação de muitas espécies de peixes. Os pedrais, por exemplo, habitat natural de acaris, tucunarés e do charuto, um peixinho usado como isca, só permanecem na memória dos pescadores como ambientes de fartura. As árvores e palmeiras que produziam os tipos de frutos que alimentavam as espécies frugívoros pereceram no fundo do lago, principalmente a jusante da cidade de Altamira, onde o reservatório mais alagou beiradões e ilhas. (MARINHO, J. 2019, p. 2016).

De fato, na porção do reservatório a jusante da cidade de Altamira, a remoção parcial da cobertura vegetal ciliar, das quais sarobais e igapós faziam parte, resultou na formação de extensas áreas de vegetação morta, chamadas de paliteiros, tanto nas margens como no interior do reservatório (Figura 3).

Figura 3: Paliteiros na margem e no meio do reservatório do Xingu



Fonte: Marinho, 2018

De acordo com uma integrante² do Conselho Ribeirinho dos Atingidos pela hidrelétrica Belo Monte, os beiradeiros que foram reassentados nas localidades Paratizão, Palhal, Cotovelo, Paratizinho, Trindade e Arroz Cru, à jusante da cidade de Altamira, frequentemente exigem que Conselheiro pressione a NESA e o IBAMA para que os paliteiros sejam removidos de seus portos e áreas de navegação e pesca. A vegetação morta estaria gerando insegurança à navegação e trazendo prejuízos sobretudo à pesca, vez que troncos e galhos submersos estariam danificando as redes usadas nas pescarias.

Além da destruição de ambientes de pesca e formação de áreas com paliteiros, a instalação de Belo Monte criou também zonas de interdição. O barramento principal da hidrelétrica no Xingu e a abertura de um gigantesco canal de derivação, que permitiu a formação do reservatório intermediário no interior da área conhecida como Volta Grande, não só redirecionaram o curso do rio, como criaram zonas de controle exclusivo da NESA (Figura 4).

Figura 4: Marco de interdição na embocadura do reservatório intermediário na Volta Grande do Xingu



Fonte: Marinho, 2018.

Nessas zonas proibidas, a prática da pesca é terminantemente vedada, sob argumento de risco à segurança. Entretanto, alegando que as zonas interditadas são piscosas, existem pescadores que desobedecem às normas da empresa e mariscam nas áreas proibidas. Quando são apanhados, sobretudo no canal intermediário, os pescadores têm apetrechos e produto da pescaria apreendidos pela equipe de fiscalização da NESA, que busca manter controle nas áreas interditadas (MARINHO, J. 2019).

Contudo, a interferência da hidrelétrica na dinâmica de vazão do rio talvez seja um dos maiores desafios enfrentado por quem insiste em pescar no médio Xingu. Quando Belo Monte começou a produzir energia no final de 2015, o fluxo do rio atrelou-se objetivamente ao tempo abstrato e volátil do mercado capitalista de energia elétrica. Com isso, o regime hidrológico do Xingu foi desfigurado e as referências naturais inteligíveis pelos beiradeiros desapareceram.

Como afirmou um camponês beiradeiro

antes do reservatório, nós tínhamos facilidade de pegar os peixes. Tinham os pedrais, tinham os poços de pegar pescada. A partir do momento que foi criado o reservatório, ficou mais difícil pra gente pescar. Porque o lugar que a gente pescava de dois metros de fundura, três metros de fundura, hoje está com seus doze metros. Então foi mudado todo o sistema de pescaria nosso. Nós tínhamos praia para pegar a isca, o charuto, a piaba. Este tipo de isca pra gente pescar o tucunaré, a pescada, outros tipos de peixe. Tinha o remanso pra você pescar a pescada. Tinha o remanso pra você colocar o espinhel. É difícil. Hoje mudou muito. Não tem remanso. É correnteza. Em dois e dois dias tem correnteza. Em dois em dois dias tem remanso. Dois em dois dias o rio enche. Noutro dia, o rio está

2. Beiradeira do Xingu, integrante do Conselho Ribeirinho. Entrevista em junho de 2021

seco. Então os peixes se desacostumaram com a água, porque hoje sobe, amanhã desce. E nós, do mesmo jeito também. Endoidou tudo³.

Nessa mesma direção, em 2018, outro beiradeiro assinalava: “Nós se perdemos dos peixes e até os peixes estão perdidos” [...] “Estamos agora tentando descobrir onde os peixes estão. O tucunaré é mais fácil de saber onde está: ele bate. Mas a pescada, que vive no fundo do rio? A pescada gosta do fundo. Mas agora ficou tudo fundo. A pescada se espalhou. Pego pouco” (MARINHO, J. 2019, p. 219).

Diante desse quadro, “camponeses beiradeiros e indígenas são unânimes em afirmar que as transformações desencadeadas pela instalação da hidrelétrica comprometeram a atividade pesqueira de diferentes maneiras” (MARINHO, J. 2019, p. 219). A pesca “não voltou mais como era antes. O peixe está como num tanque”⁴. Nesse “tanque”, antigos ambientes de pesca desapareceram e o regime hídrico, em grande parte controlado pelos agentes capitalistas do mercado de energia, encontra-se em dissonância com a reprodução de espécies de peixes que tinham grande importância para os beiradeiros.

A curimatã e o tucunaré. Por exemplo, o tucunaré: ele desova num pau que está no fundo d’água. Na hora que ele acaba de desovar, eles [empresa concessionária da hidrelétrica] soltam a água, o rio vasa, a ova sai para o seco. Ai ali, o tucunaré já perdeu aquela cria. Ai a gente já não acha o tucunaré de filho. E a produção vai só acabando. Ai ficou difícil⁵.

O desencontro entre o tempo-espaço da produção de mercadoria (energia elétrica) e o tempo-espaço cíclico da reprodução da ictiofauna, que os beiradeiros desde criança aprendiam a conhecer e interpretar, coloca-se como um dos grandes desafios à manutenção do modo vida agroextrativista dos camponeses, pelo menos nos moldes em que se apresentava antes da hidrelétrica.

Em face desse desafio, os beiradeiros não estão passivos. Ao contrário, além de lutarem pelo retorno ao Xingu, buscam encontrar e/ou readequar suas estratégias de pesca para um ambiente que repentinamente tornou-se estranho e imprevisível. Então nós mudamos as estratégias para pegar os peixes. Tudo foi mudado. Os tipos de malhadeira, altura da malhadeira, o tipo da isca mudou. Você não tem como pegar as iscas mais. A gente usava tarrafinha. Até hoje a gente usa tarrafinha [...] A gente está usando o camarão. Apareceu camarão no lago, no reservatório. Muitos pescadores estão usando agora camarão como isca para pegar a pescada, o tucunaré. Porque a piaba não tem lugar mais de se pegar. Porque a piaba se pega no raseiro, lugar raso, meio metro de fundura, 30 centímetros, 20 centímetros pra você pegar ela. Então esse lugar não está tendo mais. Quando é no mês de agosto, setembro, outubro, é quando vai aparecer as praias mais ou menos. Mas aí não tem mais isca. Os lagos das desovas dos peixes, os peixes desovaram. Aquela reprodução de peixes não teve. Tanto ano passado, como esse ano não tem, porque o rio seca fora da época e os peixes ficam tudo dentro. Morrem. Todos os peixes. Então aquela reprodução, aquelas piabas que vinham para o rio pra gente pescar, servir de isca pra nós pegar os peixes maiores, a pescada, o tucunaré, o surubi, a pirara, outros tipos de peixes, não tem. Então cada vez vai diminuindo mais⁶.

Por outro lado, os beiradeiros já reassentados no entorno do reservatório principal de Belo Monte, também começaram a voltar sua atenção para atividades agrícolas e de criação (MARINHO, J., 2019). Mudança igualmente observada a jusante do empreendimento, onde “pescadores começaram, então, a aumentar a produção agrícola familiar, como um lastro para a segurança alimentar ameaçada e para o desaparecimento das condições socioambientais de produção de sua principal atividade econômica” (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016, p. 130)

Porém no entorno do reservatório as práticas de cultivo e criação encontram-se limitadas. Os locais onde os beiradeiros foram reassentados, chamados de pontos de ocupação, tinham áreas limitadas (500m X 200m) e se localizavam na Área de Proteção Permanente (APP) do reservatório da usina. Com isso, apresentavam limites físicos e legais à prática de atividades agropecuárias.

3. Beiradeiro do Xingu, da Ilha Acioly, a montante da cidade de Altamira. Entrevista por telefone, em junho de 2021

4. Beiradeiro do Xingu, da localidade Paratizão, a jusante cidade de Altamira. Entrevistem presencial em 2019.

5. Beiradeiro do Xingu, reassentado no Travessão 55, em Vitória do Xingu. Entrevista por telefone, em junho de 2021.

6. Beiradeiro do Xingu, da Ilha Acioly, a montante da cidade de Altamira. Entrevista por telefone, em junho de 2021.

Assim, a recomposição do modo de vida dos camponeses beiradeiros (e indígenas) atingidos pela hidrelétrica Belo Monte, como previsto no PBA da hidrelétrica, efetivamente não se materializa. Os beiradeiros encontram dificuldades para pescar, pois o médio Xingu tornou-se um “tanque”, cuja dinâmica é estranha aos pescadores e aos próprios peixes. E mesmo entre as famílias que já foram reassentadas no entorno da hidrelétrica, não há condições para a criação e para o cultivo de roças no modelo de corte e queima, típico dos camponeses amazônicos. No reservatório, os beiradeiros são contraditoriamente vigiados para que não causem danos à APP, justamente pela NESÁ, empresa capitalista concessionária de Belo Monte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da recorrência das narrativas orais, bem como da literatura que vem sendo produzida sobre o tema, conclui-se que os camponeses beiradeiros não deixaram de praticar a pesca artesanal no médio rio Xingu, depois da instalação da hidrelétrica Belo Monte. Mas a instalação da hidrelétrica alterou profundamente e/ou destruiu os ambientes de reprodução da ictiofauna e de captura dos peixes, comprometendo drasticamente a atividade da pesca. Com isso, os beiradeiros buscam readequar suas estratégias de captura para um rio que se tornou desconhecido e imprevisível. As famílias reassentadas no entorno do reservatório do Xingu, buscam também dar ênfase às atividades de criação e cultivo, mas enfrentam desafios relacionados ao tamanho limitado dos pontos de ocupação e às restrições de uso existentes na APP. Assim, a luta por áreas mais amplas, denominadas de territórios ribeirinhos, coloca-se para os beiradeiros do médio Xingu como uma luta por territórios de vida diante de múltiplas perdas causadas pela instalação da hidrelétrica Belo Monte.

REFERÊNCIA

- ALMEIDA, M. C. **Pesca, consumo de proteínas e economia no Rio Xingu, Amazônia brasileira**. Belém, 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório de inspeção interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte**. Altamira, 2015.
- CAMARGO, M. et al. “Pesca de consumo”. In: CAMARGO, M.; GHILARDI, R. (orgs.). **Entre a terra as águas e os pescadores do médio rio Xingu: uma abordagem ecológica**. Belém: Eletronorte, 2009.
- CARDOSO, E. S. Conhecimento, Política e Território na Pesca Artesanal Brasileira. In: DE PAULA, C. O.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (orgs.). **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira**. V. 2. Belém. GAPTA/UFPA, 2019. p. 289-312.
- CORRÊA, L. M. **A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial Manaus**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazona, 1967.
- CRUZ, M. J. M.. Rios e lagos: a apropriação das águas pelos camponeses-ribeirinhos na Amazônia. In: Sérgio Ivan Gil Braga. (Org.). **Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, v. 1, p. 7-288.
- DE FRANCISCO, A. **Terror e resistência no Xingu**. São Paulo: [s. n.], 2020.
- DE FRANCESCO, A. et. al. História de ocupação do beiradão. In: Manuela Carneiro da Cunha; Sonia Magalhães. (Org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte. Relatório da SBPC**. 1ed. São Paulo: SBPC, 2017. p. 41-66.
- DE PAULA, C. O. Geografia e Pesca Artesanal Brasileira: diálogos possíveis. In: DE PAULA, C. O.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (orgs.). **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira**. V. I. Belém. GAPTA/UFPA, 2019. p. 26-56.
- GIARRIZZO, T.; CAMARGO, M. “As piracemas”. In: CAMARGO, M.; GHILARDI, R. (orgs.). **Entre a terra as águas e os pescadores do médio rio Xingu: uma abordagem ecológica**. Belém: Eletronorte, 2009.
- GRUPO INTERINSTITUCIONAL. **RELATÓRIO DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO SOCIAL**. Altamira, 2017.
- ISA. **Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca**. DE FRANCESCO, A., CARNEIRO, C. (orgs.). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

- MAGALHÃES, S. B. A voz dos ribeirinhos expulsos. In: Sônia Barbosa Magalhães; Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC. 1ed. São Paulo: SBPC, 2017, p. 25-34.
- MAGALHÃES, S. B. As grandes hidrelétricas e as populações camponesas. In: D. INCÃO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (orgs). **A Amazônia e a crise da modernização**. 2ª Ed. Belém: ICESA/UFPA, 2009. p. 443-451.
- MAGALHÃES, S. B.; SILVA, Y. Y. P.; VIDAL, C. L. Não há peixe para pescar neste verão: efeitos socioambientais durante a construção de grandes barragens - o caso Belo Monte. **DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)**, v. 37, p. 111-134, 2016.
- MARINHO, J. A. M. **As lutas camponesas e o cercamento do médio rio Xingu (PA): a construção da hidrelétrica Belo Monte**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da FFLCH/USP, São Paulo, 2019.
- MARINHO, V. N. M. Territórios em Disputa: pescadores versus hidrelétricas no rio Araguari - AP. In: Cristiano Quaresma de Paula; Christian Nunes da Silva; Catia Antonia da Silva. (Org.). **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira**. Belém: Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia - GAPTA, 2019, v. 02, p. 289-582.
- MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- MARTINS, J. S. **Fronteira**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- NORTE ENERGIA (NESA). **Projeto Básico Ambiental**. Volume II. Plano de Atendimento à População Atingida. Versão Final, set. 2011.
- OLIVEIRA, A. U. **INTEGRAR PARA NÃO INTREGAR**: as políticas públicas e a Amazônia. São Paulo: Papius, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **ESTUDOS AVANÇADOS** 15 (43), 2001.
- OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 63-110.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- PINTO, L. F. **Tucuruí**: a barragem da ditadura. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2011.
- SARAIVA, M. P. **Identidade Multifacetada: a reconstrução do “ser indígena” entre os Juruna do médio Xingu**. Belém: NAEA, 2008.
- SOUZA, C. M.; NETO, I. Z. S. De migrantes nordestinos a seringueiros no Xingu: história, memória e literatura em “A batalha do riozinho do Anfrísio”. In: SOUZA, C. M.; CARDOSO, A., (orgs.). **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidades (séc. XVII – XXI). Belém: Editora da UFPA, 2008. p. 215-234.
- SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.
- WEINSTEN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC, 1993.